

Escola de Virtudes: a dança na São Paulo do século XIX (décadas de 1830-1860)

**Victor Andrade Meloⁱ
Flávia da Cruz Santosⁱⁱ**

ⁱUniversidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro/RJ – Brasil

ⁱⁱUniversidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora/MG – Brasil

RESUMO – Escola de Virtudes: a dança na São Paulo do século XIX (décadas de 1830-1860). O objetivo deste estudo é discutir as experiências com a dança promovidas em São Paulo entre os anos 1830 e 1860, mais especificamente os discursos que as consideravam como uma *escola de virtudes*, estratégias para educar tendo em conta novas exigências sociais que se delineavam na cidade. Trata-se, portanto, de investigar iniciativas de educação do corpo, entendida como processo amplo de adequação a certos costumes, algo que passa pelo aprendizado de técnicas corporais, bem como de comportamentos julgados adequados. O recorte temporal teve em conta os primeiros indícios de ensino estruturado da prática e o início do momento em que houve um grande desenvolvimento da capital paulista. Como fontes, foram utilizados periódicos publicados no período.

Palavras-chave: Dança. História da Educação. Educação do Corpo.

ABSTRACT – School of Virtues: dancing in 19th century São Paulo (decades of 1830-1860). The purpose of this study is to discuss the experiences with dance promoted in São Paulo between the 1830's and 1860's, mainly the discourses that considered them as *school of virtues*, strategies to educate considering new social requirements that were outlined in a city. It is, therefore, an investigation on initiatives of body education, here understood as a broad process of adaptation to new customs, something that involves corporal techniques as well as certain behaviours. The study period consider the first initiatives of structured teaching of the dance and the beginning of the moment in which there was a great development of São Paulo. As sources, they were used periodicals published in the period.

Keywords: Dance. History of Education. Body Education.

Introdução

Aqueles estudantes tumultuaram o cotidiano. A cidade, ainda pacata, não seria a mesma depois de sua chegada. A instalação da Academia Jurídica (Faculdade de Direito) na capital paulista, inaugurada em 1828¹, ocasionou significativas mudanças no movimento das ruas, na infraestrutura urbana, na organização do comércio, na dinâmica social como um todo (Bruno, 1954). No decorrer do século XIX, esse processo de transformações teve continuidade conforme São Paulo foi se desenvolvendo economicamente e adotando novos parâmetros civilizatórios – aderindo à pretensão de se sintonizar com ideias de progresso.

Parte dos estudos históricos indica que eram escassos os divertimentos existentes na capital paulista até a década de 1860 (Bruno, 1954; Araújo, 1981; Toledo, 2003). A investigação de Santos (2017), todavia, demonstra os limites dessas interpretações. Ainda que as dinâmicas sociais da Corte e de São Paulo fossem bastante diversas, a autora sustenta que não se pode menosprezar a ampliação e a diversificação das diversões observáveis desde a chegada dos estudantes de Direito.

Nesse cenário, diversas tensões se tornaram latentes (Paula, 1954; Cândido, 2006; Caponero, 2014). Alguns hábitos dos estudantes, muitos deles oriundos da Corte², incomodaram os paulistanos ainda não acostumados a certas sociabilidades (Bruno, 1954; Morse, 1970; Campos, 2004; Cândido, 2006). Esse processo de choque/trânsito cultural se acentuou com a chegada de estrangeiros que se estabeleceram na cidade, atraídos pelas novas oportunidades de negócio que se delineavam, notavelmente na segunda metade da centúria, momento a partir do qual se fizeram sentir os impactos dos bons resultados da agricultura cafeeira e da dinamização e diversificação da economia paulista (Mello, 1990)³.

Uma das marcas simbólicas e materiais desse novo momento foi a instalação da primeira linha férrea, em 1867, a *São Paulo Railway*. Essa foi uma das mais importantes ocorrências do processo de mudanças pelo qual passou a cidade, enfatizando-se ainda mais as iniciativas de adesão ao ideário e imaginário da modernidade, às ideias de progresso e civilização.

Com o decorrente crescimento da cidade, ampliaram-se os conflitos no que tange à ordenação pública, o debate sobre o que era ou não adequado para ser vivenciado na urbe. Como ocorrera antes, nos anos 1870 essas transformações fizeram-se sentir na estrutura de divertimentos, uma vez mais diversificada. Há que se ter em conta que, no decorrer do século, aumentaram os vínculos com o continente europeu, de onde chegava boa parte das novidades apreciadas por um estrato cada vez maior da população.

Nesse longo período, destacou-se um divertimento: a dança. Sua presença no cotidiano se fez sentir de várias formas, sendo os bailes uma de suas facetas mais visíveis. Sugerimos que as diferentes manifestações da prática são expressões do processo de mudanças pelo qual passou a cidade, sendo, portanto, de interesse as investigar a fim de lan-

çar um novo olhar sobre a história de São Paulo, o papel da diversão e as estratégias de educação do corpo.

O objetivo deste estudo é discutir as experiências com a dança promovidas em São Paulo entre os anos 1830 e 1860, mais especificamente os discursos que as consideravam como uma *escola de virtudes*, estratégias para educar tendo em conta novas exigências sociais que se delineavam em uma cidade que passava por um processo de adesão a ideias de progresso e civilização.

Trata-se, portanto, de investigar iniciativas de educação do corpo, aqui entendida como processo amplo de adequação a certos costumes, algo que passa pelo aprendizado de técnicas corporais (como os estilos de bailar), bem como de comportamentos julgados adequados (modos de tocar, de se portar, de se vestir, de comer, entre outros). O estudo das experiências sociais com os corpos, como a dança, nos permite, como sugere Soares (2001, p. 111)⁴, compreender “[...] as técnicas, pedagogias e instrumentos desenvolvidos para submetê-los a normas”.

Na análise/interpretação, teve-se em conta o sugerido por Vigarrello (2003), procurando-se entender as iniciativas com a dança a partir do *princípio da eficácia* (a educação do físico, relacionada à força e à destreza), do *princípio da propriedade* (os deslocamentos de sensibilidade, a educação do espírito) e do *princípio da identidade* (a inserção dos indivíduos em coletivos, como a própria ideia de nação).

São abordadas especificamente as experiências com danças de corte, aquelas que vieram do continente europeu e foram, de início, experienciadas nos bailes organizados pelas elites, estabelecendo-se um contraponto com estilos populares da prática. Ainda que não seja o alvo deste estudo, vale informar que outras formas de dançar já existiam na cidade desde pelo menos o século XVIII, tanto apreciadas pelo grande conjunto da população no cotidiano (registradas, por exemplo, por Ruggendas e Spix e Martius)⁵ quanto apresentadas em ocasiões especiais, notadamente nos festejos de datas importantes da família real⁶.

Da mesma forma, vale comentar que Pinho (1942) registra que o gosto pela dança já se manifestava entre as elites paulistanas nos anos 1810-1820. Todavia, o recorte temporal adotado teve em conta os primeiros indícios de ensino estruturado da prática na cidade, um sinal de que assumia nova institucionalização, e o início do momento em que houve um grande desenvolvimento da capital paulista, inclusive de sua estrutura de entretenimentos (Melo; Santos, 2017).

Para alcance do objetivo, como fontes, foram utilizados periódicos publicados na cidade no período em tela. Os posicionamentos dos cronistas foram tratados como representações prospectadas na sua materialidade, tendo em conta o perfil tanto do veículo quanto do autor (quando possível identificar)⁷.

O desenvolvimento deste estudo teve em conta a presença da dança no cotidiano do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, tema já investigado por Melo (2014; 2016a; 2016b). Obviamente, não se considera que o caso de São Paulo é idêntico. Muito pelo contrário, ape-

nas partindo da motivação ocasionada pelo conhecimento do que se passou na Corte, espera-se entender a peculiaridade paulistana no tocante ao assunto, colhendo inclusive elementos para uma futura comparação mais sistematizada.

Primeiros Indícios (primeira metade da década de 1830)

Talvez Anjo Chaves não tenha sido o pioneiro professor de dança de São Paulo. É sabido que no Rio de Janeiro aulas da prática existiam desde os anos 1810 (nas escolas a partir dos anos 1820) (Melo, 2016a; Melo, 2016b). De toda forma, seu anúncio se oferecendo como docente, publicado em 1831, é a primeira evidência de uma presença mais institucionalizada da modalidade na capital paulista⁸. As lições eram ministradas na sua casa, localizada na Rua São Bento, logradouro do centro urbanizado, região que progressivamente se tornaria o fulcro da vida elegante da cidade. O mestre também se disponibilizou para atuar nas residências dos interessados e organizar bailes.

Não é possível assegurar de que se trata da mesma personagem, mas encontramos uma referência a um certo Angelo Chaves que, apresentado como bailarino, oriundo de Portugal, desembarcou em Recife em junho de 1829 (Diário de Pernambuco, 15 jun. 1829, p. 4). Ele se ofereceu para lecionar a prática numa sala e nas residências dos interessados, sugerindo que ensinaria “[...] o que requer uma educação cuidadosa, sendo a dança uma qualidade que embeleza e orna as pessoas civilizadas” (O Cruzeiro, 31 jul. 1829, p. 4). Para explicitar a qualidade e adequação de seu trabalho, fez questão ainda de ressaltar que respeitava as etiquetas locais.

Por lá também se ofereceu para organizar bailes (O Cruzeiro, 3 jun. 1830, p. 4)⁹. De fato, o teor do anúncio veiculado em Pernambuco, em 1830, era muito semelhante ao do que circulou no jornal da capital paulista no ano seguinte. Sugerimos que a oferta desses serviços é um indicador de que a dança passava por um processo de reestruturação, tendo os interessados que aprender novas técnicas corporais e comportamentos para desfrutar do divertimento.

Os bailes públicos, a princípio, eram promovidos tendo em vista comemorar datas políticas importantes, organizados tanto com recursos governamentais quanto por meio de subscrição, na qual os membros da elite¹⁰ contribuíam para a realização do festejo. Um exemplo disso em São Paulo foi, no ano de 1830, a comemoração do aniversário da independência do Brasil com um “[...] magnífico baile que no Palácio do Governo teve lugar a expensas de um grande número de pessoas patrióticas” (Farol Paulistano, 11 set. 1830, p. 4).

Um cronista elogiou o evento sugerindo uma relação entre o entusiasmo demonstrado pelos convidados – mais do que *a riqueza e a pompa* – e a consolidação da independência nacional. O baile, a exemplo do que ocorria também na Corte, era perspectivado como instrumento de reunião de uma elite que se fazia necessária para o forjar da nação.

Nesse festejo de 1830, compareceram apenas 500 pessoas, a nata da sociedade de São Paulo¹¹.

No programa do baile, houve diversos rituais patrióticos. Antes das danças propriamente ditas, todos se dirigiram para uma sala onde se exibiam os retratos da família real e foram proferidos discursos de saudação ao país, exaltações das majestades e canto de um hino, cuja primeira estrofe era: “Ufano, Brasil, exulta! Hoje tens nova existência. Já não és triste colônia. Tu gozas independência” (Farol Paulistano, 14 set. 1830, p. 3). Ornamentando o recinto, além dos símbolos imperiais, havia referências a produtos nacionais: café, fumo, algodão, cana de açúcar. Tratou-se de uma efusiva louvação da nação.

Uma crítica de um leitor, que se apresentou como tenente de milícias e que assinou como *Oficial da rossa*, tendo em vista outro baile que seria promovido para comemorar o aniversário de uma das princesas, também em 1830, permite-nos perceber que ainda persistiam dificuldades na organização de tais eventos, que o acesso a eles era limitado e que os estilos europeus de dançar ainda não eram de domínio generalizado. Segundo seu olhar irônico:

Não porque achasse que bailes sejam o melhor meio de festejar sucessos prósperos para o Brasil, visto que são festejos parciais, de que o Povo não goza, mas sim pelo motivo que era: visto porém haver se escolhido esse modo de festejar, queria eu ter parte nele, e até mesmo fazer minha perninha nas contradanças, se tivesse meio e modo de me encantar nelas (Farol Paulistano, 14 jan. 1830, p. 4)¹².

Para se tomar parte nos bailes em toda sua plenitude, havia que se aprender a dançar a gaivota, valsas e estilos espanhóis, franceses e ingleses. A questão, contudo, ia além da performance na prática em si. Havia que se aprender a comportar publicamente nessas ocasiões¹³. Deve-se ter em conta que homens e mulheres se tocando em cena pública era, de fato, uma novidade que preocupava.

Por isso, não surpreende que o citado Anjo Chaves asseverasse que ensinaria também essa etiqueta, até mesmo porque a dança, no seu entender, servia não só para o entretenimento, mas também para desenvolver “[...] a polidez do porte, movimentos, atitudes e maior civilidade” (Farol Paulistano, 24 fev. 1831, p. 4), uma experiência que contribuiria para o processo civilizatório. Tratava-se claramente de uma iniciativa de educação corporal que tinha em conta as necessidades sociais do novo momento¹⁴.

O mestre garantiu que seguia os melhores princípios por adotar o método francês, *o mais seguido e adotado em todas capitais da Europa*. Esgrimia, assim, um forte argumento no sentido de diminuir as resistências que por ventura existissem à dança. Sugeriu ser uma experiência civilizada, usual nos países mais desenvolvidos, regulada por rígidos parâmetros, que não deveria de forma alguma ser confundida com qualquer coisa que lembrasse desrespeito e lascívia.

Nos jornais, alguns cronistas passaram a defender a importância da prática. Um exemplo é a matéria de quatro páginas, assinada por Ed. Budgell (que pode ser um autor estrangeiro traduzido ou o pseudônimo de um estudante), publicada em *O Amigo das Letras*¹⁵, na qual defendeu a dança recorrendo inclusive às experiências dos gregos (*O Amigo das Letras*, 4 abr. 1830, p. 6-9). Para ele, “[...] pelo que diz respeito à etiqueta da sociedade e à graça que presta a todos os movimentos do corpo, é muito útil e até absolutamente necessária”. A modalidade, a seu ver, era a perfeita dramatização do que era necessário aprender para se viver em sociedade de acordo com a nova dinâmica pública.

Vejam, portanto, que ainda não se tratava de pensar uma educação do corpo a partir de dimensões como saúde e higiene (embora essas noções também estivessem presentes de forma secundária). A questão central era a garantia de harmonia social – encarada desde um ponto de vista das elites. Até por isso, o cronista também chamou a atenção para certos limites que precisavam ser observados: “[...] as melhores instituições estão sujeitas à corrupção, e eu julgo meu dever declarar-vos que muitos grandes abusos se tem introduzido nestes divertimentos” (*O Amigo das Letras*, 4 abr. 1830, p. 6-9). Mesmo o que exaltavam a dança, preocupavam-se com sua manifestação pública.

Não é fácil entender a dinâmica das aulas de dança. Em geral, temos somente os anúncios para compreender o tema. Em uma sala localizada na esquina da Rua do Ouvidor com Rua Nova, Domingos Rodrigues Chaves Ritton¹⁶ ministrava lições para os homens, às segundas e sextas-feiras. As mulheres eram atendidas em suas casas, nos outros dias da semana. Havia uma diferença de preço: 4\$000 reis por mês para eles e 3\$000 para elas. O professor também se oferecia para lecionar em escolas, a 2\$000 mensais para cada aluno (*A Phenix*, 23 mai. 1838, p. 4).

As aulas, portanto, não eram baratas¹⁷ e seguiam sendo ofertadas na região mais urbanizada da cidade. Além disso, as preocupações com o pudor e a moral determinavam que homens e mulheres não frequentassem as mesmas lições; elas, de fato, sequer iam à sala.

Em São Paulo, essas iniciativas com a dança – promoção de bailes e ensino da modalidade – se exponenciaram quando foram fundadas duas importantes agremiações, a Concórdia Paulistana e o Cassino Paulistano.

Uma Nova Estruturação dos Bailes (1835-1856): a Concórdia Paulistana e o Cassino Paulistano

No ano de 1835, foi fundada uma agremiação dedicada à promoção de bailes, a Concórdia Paulistana. O seu nome já expressava o intuito principal, ser um centro de encontros harmoniosos de membros das elites. Além da mensalidade, tinha-se que se pagar 6\$400 de joia para ser sócio (*Correio Paulistano*, 24 set. 1859, p. 1), um indicador do perfil dos envolvidos¹⁸.

A despeito do nobre objetivo, uma matéria não assinada, publicada em *A Phenix*⁹, permite perceber que as tensões sociais e políticas da cidade (e mesmo do país, em função do aumento do protagonismo dos paulistas no cenário nacional) passavam pelo clube. As discórdias também faziam parte do cotidiano da agremiação que rapidamente se destacou na sociedade de São Paulo.

De toda forma, é inegável a importância da Concórdia. Décadas depois, com algum exagero, mas não sem razão, um cronista assim exaltou o papel desempenhado pela agremiação:

Uma sociedade de dança lançada no meio de um país, de uma povoação adolescente, é um raio de luz projetado num mundo de trevas, é o sol esplêndido a animar a natureza e a vivificá-la com seus ardores. O baile educa e regenera as sociedades pelo contato do belo com o belo (Correio Paulistano, 23 set. 1862, p. 1).

As imagens usadas não deixam dúvidas de que, para alguns, os bailes eram uma diversão que permitia a materialização de uma desejada sociedade civilizada. A Concórdia, nesse olhar, teria sido um holofote a iluminar alvissareiros caminhos. Até mesmo por isso, ampliaram-se as preocupações no que tange ao comportamento dos frequentadores dos bailes. Vejamos o que pensava um cronista que exaltou as contribuições que a dança poderia dar à boa sociabilidade e ao fortalecimento das elites.

Frente ao fato de que, em função das mudanças da dinâmica social, havia uma nova personagem notável na cena pública, as mulheres, para o cronista tratava-se de perspectivar uma “[...] escola em que a mocidade de ambos os sexos aprenda a portar-se em público com gravidade e decência” (A Phenix, 20 mai. 1840, p. 2). Para ele, “Longe, portanto, de isolar os sexos, que foram criados para viverem mais tarde unidos, cumpre uni-los na idade em que mais facilmente se aprende, a fim de que, assim aproximados sob a convinável correção, saibam como se devem comportar com decência e dignidade”. Era uma posição, sem dúvida, avançada para seu tempo.

Para ensinar os jovens a se portarem adequadamente, na visão do anônimo cronista, não bastava agir sobre o intelecto através de peças teatrais e literatura. Era necessário agir diretamente sobre os corpos, oferecendo determinadas experiências: “É só pelo uso que podemos aprender, e nas ocasiões é que se podem apresentar os erros a corrigir, e dar a conveniente direção a nossas ações”. Trata-se de uma expressão daquilo que Bracht (1999) sugere ser uma ampla compreensão: “[...] a educação da vontade e do caráter pode ser conseguida de forma mais eficiente com base em uma ação sobre o corpóreo do que com base no intelecto; [...]. Normas e valores são literalmente ‘incorporados’ pela sua vivência corporal concreta” (Bracht, 1999, p. 173).

O baile seria, portanto, uma notável ocasião em que se materializaria o processo de educação dos comportamentos:

Aquele divertimento nada tem em si de repugnante, pois que ele se mantém com toda a decência. O luxo é dele deterrado por sua própria instituição, e as famílias ali comparecem com seus atavios usuais. Ele acaba a meia noite, bastante cedo para não incomodar a boa ordem e repouso das famílias que a ele concorrem, e sempre muito antes do que conviria, se consultássemos o gosto das belas e graciosas, que nunca acham longo o tempo em que exibem na dança seu saber e graça. Nada ali falta do que se possa precisar para o cômodo e recreio de uma noite [...] (A Phenix, 20 mai. 1840, p. 2).

Para que isso se concretizasse plenamente, o cronista chamou a atenção para algumas premissas, procedimentos *sine qua non*, especialmente no que tange ao uso de álcool, que a seu ver estava sendo feito de forma exagerada, chegando a macular o bom funcionamento e as elevadas intenções e potencialidades dos bailes.

O debate que se seguiu pelos jornais, réplica²⁰ e tréplica²¹, é um indicador de que continuavam sendo negociadas as formas de ocupação da esfera pública. De toda maneira, cresciam as convicções de que os bailes – aqueles promovidos pela Concórdia – eram ocasiões civilizadas que funcionavam como uma escola de bons comportamentos.

Os eventos da agremiação foram ocupando o lugar dos que eram promovidos por subscrição, em prédios governamentais, para celebrar importantes datas do país, especialmente as ligadas à monarquia. Um exemplo interessante. Quando da ascensão de D. Pedro II ao trono, em 1841, em função da posição política de algumas lideranças de São Paulo, não foram previstos festejos comemorativos. A diretoria da Concórdia Paulistana, todavia, não deixou a ocasião passar despercebida, oferecendo um baile bastante elogiado pela imprensa (A Phenix, 11 set. 1841, p. 4).

Mudou mesmo a dinâmica dos eventos. Em 1838, no baile comemorativo do aniversário de D. Pedro II, antes das danças propriamente ditas, ainda se realizaram as cerimônias de reverência (saudações aos monarcas, exibição de símbolos nacionais, discursos de louvação à nação, etc.). Com o decorrer do tempo, isso não mais se observou, tais ritos foram abolidos. As alianças e tensões políticas, no entanto, continuaram desfilando pelos salões²².

Os bailes passaram a ser promovidos com maior frequência, sem necessariamente possuir relação com alguma data política. Nos anos 1840, tornaram-se, junto com o teatro, uma das diversões mais procuradas pelos paulistanos (Santos, 2017, p. 47), certamente pelas elites, muito possivelmente também pelos populares, que organizavam eventos com dinâmica específica, difícil de hoje ser desvendada em função da escassez de fontes.

Ao mesmo tempo em que a fundação da Concórdia Paulistana foi o resultado do aumento de interesse, também ajudou a fortalecer o apreço pela dança. Um indicador relevante é o crescimento do número de lojas que passaram a vender e anunciar produtos para os eventos

dançantes. Um exemplo foi a Carassale & Gerard, oriunda da França, que, em 1838, oferecia “vestidos para baile” (A Phenix, 5 dez. 1838, p. 6).

Ainda assim, a Concórdia enfrentou alguns percalços decorrentes da falta de público. Na verdade, na opinião de alguns, os bailes promovidos pela agremiação não chegaram mesmo a ser atrativos. Esse é, por exemplo, o olhar de Álvares de Azevedo. Nesse caso, todavia, há que se ter em conta que sempre adotava como parâmetro o que se passava na Corte, o que o levava a usualmente maldizer o cotidiano paulistano (Silva, 2010).

O literato, na sua época de estudante de Direito (entre os anos de 1848 e 1852), “[...] formou uma imagem negativa da vida em São Paulo, transmitida em suas cartas e outros escritos” (Campos, 2004, p. 257). Segundo seu olhar, “Enquanto no Rio reluzem esses bailes a mil e umas noites, com toda sua magia de fulgência e luzes, por aqui arrasta-se o narcótico e cínico Baile da Concórdia Paulistana” (Azevedo, 1976, p. 110).

Deve-se também ter em conta que poucos estudantes de Direito compareciam às atividades da agremiação (Taunay, 2004). Os futuros advogados tinham seus eventos próprios, entre os quais o Baile Acadêmico, promovido por ocasião do aniversário da Faculdade, festejo que chegou a ser frequentado por Azevedo, assim como os bailes da Concórdia, apesar de suas constantes reclamações (Azevedo, 1976).

Nas cartas de Azevedo, podemos ter uma ideia da dinâmica dos bailes. Por exemplo, incomodava ao estudante/literato ainda haver o antigo hábito de um mestre-sala determinar quem deveria dançar com quem. Com isso, em geral, as moças eram designadas pares de velhos senhores, enquanto os rapazes tinham que bailar com “[...] venerandas matronas. De sorte que fica um mundo às avessas” (Azevedo, 1976, p. 72). Da mesma maneira, a ele parecia estranho que os frequentadores exibissem excesso de requinte e formalismo. Ainda mais, criticava haver poucos eventos, bem como o fato de que acabavam cedo.

Mesmo considerando o perfil de Azevedo, pode-se perceber um arranjo ainda tradicional dos bailes da Concórdia Paulistana. Embora sua fundação significasse um avanço na dinâmica de organização dos eventos de dança, deve-se observar que foi a primeira agremiação recreativa de São Paulo. Até então, clubes somente existiam os de natureza política. A cidade já avançara nos costumes, mas ainda estava a caminho do que seria a partir dos anos 1870.

De fato, a infraestrutura urbana da capital paulista melhor se organizou nas décadas de 1840 e 1850, mas ainda permanecia modesta. Algo semelhante se observava nas residências dos mais abastados, cujos interiores não expressavam a riqueza de seus proprietários. Os comportamentos, valores e formas de pensar também progressivamente mudavam, o que impactava as iniciativas públicas de divertimento.

O funcionamento da Concórdia Paulistana é um indicador desse momento de transição entre as primeiras iniciativas das décadas de 1820 e 1830 e a potencialização das diversões na década de 1870. Em A

Violeta, o primeiro periódico de São Paulo dedicado ao público feminino, numa edição de 1849, um suposto diálogo entre uma paulistana e uma santista ironizava as mudanças em curso.

Também temos muitas distrações por aqui. Existem três ou quatro sociedades de divertimentos que dão suas partidas em todos os meses regularmente – além de um ou outro *soirée*, que se lembra de dar algum particular pelo casamento de sua filha, pelo batizado de algum neto, pela formatura de algum filho. Temos a Concórdia – a decana das sociedades bailarinas, que já existe há alguns anos. Temos o Cassino, que ultimamente foi criado, e que tem dois meses de vida. Temos a Assembleia Paulistana e a Sociedade Dramática Constância (A Violeta, 15 out. 1849, p. 2).

O Cassino Paulistano, criado em 1849, foi a segunda sociedade dançante de São Paulo. Não há sobre ela tantos registros quantos sobre a Concórdia, mas sabe-se que também ocupou espaço de importância. Esse processo de ampliação das opções, num momento em que a cidade ainda passava por transições, acabou por impactar o funcionamento da agremiação pioneira, que assistiu à divisão de seu público, ao menor êxito de suas atividades e ao aumento de seus problemas financeiros. Um sucesso era celebrado como excepcionalidade: “A Concórdia Paulistana deu ontem baile mensal. Foi muito concorrido e há muito tempo não se observa tanta animação e tão bom serviço como na reunião de ontem. O presidente da Província esteve presente” (Correio Paulistano, 10 jul. 1854, p. 4)²³.

Frente ao quadro de dificuldades, largamente comunicado em 1854, surgiu mesmo a proposta de convivência numa única sede ou fusão entre as duas sociedades dançantes, uma ideia que aparecera desde a fundação do Cassino, quando se desconfiava que a cidade não teria condições de manter aberta ambas simultaneamente (Correio Paulistano, 20 jan. 1855, p. 3). Envolvido com tal proposição estava o polêmico Antônio Bernardo Quartim, administrador do Jardim Público da cidade, empreiteiro responsável pelas reformas do Teatro da Ópera, empresário teatral²⁴.

A ideia não avançou. Havia mesmo divergências entre os associados – repercussões das divisões e tensões da sociedade paulistana. Além disso, alguns viam o Cassino em piores condições do que a velha Concórdia (Correio Paulistano, 28 abr. 1855, p. 4). Na verdade, não se percebe grande diferença na dinâmica das duas agremiações, a não ser uma possível formação societária. Aparentemente, o Cassino era mais aristocrático, enquanto a Concórdia incorporava mais os novos ricos e empreendedores²⁵.

Em 1855, uma nova diretoria tentou reestruturar a Concórdia Paulistana. Liderava o grupo José de Azevedo Marques, membro de tradicional e influente família paulistana, assim como os outros dirigentes (entre os quais o juiz José Pedro de Azevedo Segurado e o escritor, político e empresário Antônio Corrêa de Couto) (Correio Paulistano, 18 jun. 1855, p. 4).

Era um mandato tampão para manter vivo o clube. Em 1856, nova diretoria seria eleita, tendo à frente Manuel Dias de Toledo, importante jurista e político (Correio Paulistano, 15 jul. 1856, p. 4). A Concórdia retomou seu caminho de prestígio. Os jornais deram conta de que aumentaram a frequência e animação dos bailes.

O novo momento da agremiação também marcou uma mudança na cena da dança em São Paulo.

Diversificando as Possibilidades, Consolidando os Bailes (1856-1869)

Na segunda metade dos anos 1850, definitivamente os bailes da Concórdia Paulistana se descolaram das datas festivas políticas, ainda que eventualmente a agremiação acolhesse eventos comemorativos dessa natureza. Para além das suas atividades e das promovidas pelo Cassino, na cidade havia os famosos Bailes Mascarados, que lograram grande sucesso. Em todas essas ocasiões, ao som de uma orquestra se dançavam “quadrilhas, valsas, polcas e *scotish*” (Correio Paulistano, 24 jul. 1855, p. 4), novos estilos europeus que chegaram ao país (Melo, 2016b).

Além dos salões da Concórdia e do Cassino, os bailes eram promovidos no Hotel do Universo ou no Teatro São Paulo, que possuíam instalações adequadas para acolher os eventos, inclusive de novas agremiações que surgiram, como a Sociedade Apollinia (Correio Paulistano, 13 mar. 1856, p. 4), o Clube Familiar (que chegou a ter o já citado Antônio Quartim como administrador) (Correio Paulistano, 17 mar. 1857, p. 4), a Sociedade Recreio e Amizade (Correio Paulistano, 7 abr. 1858, p. 4), a Sociedade Luso-Brasileira (Correio Paulistano, 4 mar. 1859, p. 4), clubes de menor porte que ajudaram a movimentar a cena pública.

Na transição para a década de 1860, a Concórdia passou a mais constantemente abrir seu salão para eventos de natureza diversa. Acolheu, por exemplo, elogiados concertos da pianista Francisca Luiza Correa do Lago (Correio Paulistano, 2 jul. 1862, p. 3), ocasiões que por vezes se transformaram em saraus, com a participação de vários amadores. De fato, a agremiação se tornou um dos principais espaços de apresentações musicais, exibindo-se artistas de estilos distintos.

Em 1862, contudo, a Concórdia perdeu sua sede²⁶, passando a organizar suas atividades em distintos lugares. De toda forma, a promoção de bailes continuou frequente. Novas agremiações e estabelecimentos diversificaram ainda mais as opções: Sociedade Therpsicore²⁷ (criada e dirigida somente por mulheres²⁸), Sociedade Recreio Juvenil Comercial²⁹, Tivoly Paulistano³⁰, Sociedade União e Recreio³¹, Sociedade União Comercial³², Sociedade de Dança União Jovial³³, Sociedade de Dança Democrata³⁴.

Os bailes seguiram sendo encarados como expressão do progresso que se esperava para a sociedade paulistana. Numa coluna do *Diário de São Paulo, O Roceiro na Capital*³⁵, de forma irônica foram registradas

as mudanças em curso na cidade, deixando-nos entrever certas persistências, mas ao mesmo tempo a superação das resistências. Um homem do interior comenta com seu conterrâneo que “[...] a rapaziada de ambos os sexos caiu na dança, coisa para mim detestável”. Ele observa que não eram bailados os estilos tradicionais (como o fado e o balaio), mas sim a “porca” (polca), que a seu ver “deveria ser proibida pela câmara”.

Na verdade, no que tange à dança, a representação do caipira já não se aplicava confortavelmente sequer a algumas cidades do interior. Em Campinas e Rio Claro, por exemplo, sociedades dançantes organizavam bailes muito apreciados pela população. A prática se espraiava cada vez mais.

Pari passu, definiam-se mais claramente as esferas pública e privada. Nesse sentido, a Concórdia significou uma importante iniciativa de organização da sociedade civil, as grandes questões regionais e nacionais permanecendo presentes em seu cotidiano em função do perfil dos associados e eventuais frequentadores. Era um espaço de encontros, conversas, articulações. Como sugeriu certa feita um cronista: “Um baile sem conversação é um corpo sem alma, uma flor sem cheiro ou um espelho sem aço” (Correio Paulistano, 13 e 14 set. 1858, p. 2).

Cresceu o número de iniciativas destinadas a melhor regular os bailes. A diretoria da Concórdia, não sem a contestação de alguns sócios (Correio Paulistano, 8 out. 1856, p. 4), tomou várias decisões nesse sentido (Correio Paulistano, 27 set. 1856, p. 4). Duas medidas intencionavam tanto estimular a associação quanto restringir a convivência: limitou-se o número de convidados não-sócios por evento, todos devendo ser de fora de São Paulo; estipulou-se que diretores de colégios somente poderiam levar dois alunos por vez. Outras duas normas pretendiam reduzir os potenciais conflitos: anunciou-se um rigor maior no controle dos convites; determinou-se que nos bailes somente seriam aceitas meninas com mais de 10 anos e meninos a partir de 14 anos.

A questão da restrição às crianças não se relacionava ao pudor, mas sim às perturbações nos festejos. Para um sócio, por exemplo, os pequenos corriam atrás da comida, atacavam os vestidos, incomodavam com suas brincadeiras (Correio Paulistano, 17 set. 1856, p. 4). Os exageros de seus posicionamentos são claros, mas as preocupações são concretas, tendo a ver com o melhor delineamento de posturas públicas.

Nesse momento, as mulheres assumiram maior protagonismo social, algo que foi fartamente registrado pelos cronistas, considerado como uma prova do processo civilizatório pelo qual passava São Paulo. Há que se ter em conta que é possível melhor perceber a dinâmica dos bailes em função do início da publicação da coluna folhetim nos jornais, espaço onde costumeiramente se noticiava e discutia a vida pública da cidade, inclusive no que tange aos entretenimentos³⁶. Os eventos da Concórdia foram assunto usual, sendo as mulheres retratadas como estrelas.

O cronista de *A Semana*, no folhetim do *Correio Paulistano*, sugeriu que, num baile da agremiação, “Quase todas as flores da pauliceia ali se achavam viçosas, belas e deixando escapar dos lábios um sorriso de prazer” (*Correio Paulistano*, 17 ago. 1858, p. 2). Ainda que o olhar masculino as encarasse como um enfeite, as mulheres não se submeteram exatamente a tal papel, aproveitando as oportunidades para desempenhar novas funções.

Um exemplo desse novo, em certa medida, ativismo social é o que percebeu e estranhou o cronista de *O Clarim*, que também ocupou o espaço do folhetim do *Correio Paulistano*, ao comentar que uma jovem declamou uma poesia no baile, algo antes somente possível na esfera privada (em geral, eram os homens que assim se apresentavam em público) (*Correio Paulistano*, 24 set. 1859, p. 1).

Com esse novo protagonismo feminino e a maior distensão da cena pública, não surpreende que vários cronistas tenham registrado que os eventos dançantes tornaram-se lugar de flertes³⁷. O literato português Lopes de Mendonça foi categórico ao afirmar que “[...] se não tivessem inventado os bailes, os casamentos seriam menos frequentes”, já que eram “[...] um meio aprazível de aproximar os dois sexos e de resolver muitos problemas de sentimento” (*Correio Paulistano*, 20 set. 1863, p. 4).

Muitas poesias consagraram a relação entre a dança e o amor. A. J. da Rosa, em *O Baile*, declarou sua paixão pela mulher que conheceu em um festejo: “Quem dera viver/Mil anos assim!/Viver nos seus braços/Num baile sem fim!” (*Aurora Paulistana*, 5 jun. 1852, p. 4)³⁸. Um acadêmico de Direito, mais ousado, em jornal literário dinamizado pelos estudantes, apresentou a picante *No Baile*:

Afoga-te mulher, nas falas loucas
De fervido amator – sacode o pejo
Da face que se cresta à luz das tochas
Desterrado o pudor – que vale um beijo!
[...]
Vai – não descores não, sorri soberba;
No vórtice da dança ufana ondeia,
Do rosto rúbido o suor alimpa,
Folga outra vez e nos salões volteia...
[...] (*O Acayaba*, 4 ago. 1852, p. 64)³⁹.

Incorporando o tema, houve também outras obras literárias. Em outubro de 1858, foi lançado, no *Correio Paulistano*, o romance *Alberto*, um retrato da vida social local, cujo primeiro capítulo chama-se *O Baile da Concórdia*. O autor, não identificado no periódico, era Francisco Antônio da Luz⁴⁰. A presença da agremiação na trama é mais um indicador do papel e importância que ocupou na sociedade de seu tempo, mesmo que recebendo eventuais críticas (por exemplo, por seu deficiente serviço de alimentação ou por não organizar os eventos com suficiente fausto).

Nas crônicas publicadas na seção folhetim, percebe-se que os bailes tornaram-se menos formais, para além do que se refere aos encon-

tros entre homens e mulheres. Tal distensão é perceptível, por exemplo, no que tange aos contatos entre os frequentadores e aos trajes utilizados. O cronista que assinou como Dr. Patusco, em texto publicado em *O Publicador Paulistano*, congratulou a diretoria da Concórdia por permitir o uso da sobrecasaca, a seu ver ainda elegante, todavia mais leve (*O Publicador Paulistano*, 27 set. 1858, p. 2).

Isso não significou descaso com as vestimentas. A propósito, especialmente no que tange à venda de roupas adequadas, fortaleceu-se um mercado ao redor dos eventos de dança. O estabelecimento de Luiz Cuiabano, localizado na rua do Rosário, anunciava aceitar qualquer encomenda para tais ocasiões, declarando atender o solicitado em até 24 horas (*Correio Paulistano*, 4 jan. 1855, p. 4). A Loja do Bom Gosto, situada no Largo da Sé, oferecia “ricas saídas de baile para senhoras” (*Correio Paulistano*, 21 fev. 1855, p. 4).

Por toda a cidade, surgiram iniciativas semelhantes. A propaganda da loja de David Amigot, francês que morara na Corte, permite identificar melhor os trajes femininos usados nos festejos:

PARA BAILE

Rico e variado sortimento de enfeites de cabeça

Sapatos de cetim branco

Luvras de película Juvin, brancas e cor de palha

Um grande e variado sortimento de vestidos de seda, de babados de todas as cores e diferentes cores (*Correio Paulistano*, 6 mar. 1859, p. 4).

A elegância deveria ceder lugar à eficiência. Ou melhor, a necessidade de eficiência requisitava um novo padrão de elegância. Era mesmo necessário aprender um novo conjunto de habilidades para bem desfilar na cena pública.

Civilizando: o ensino da dança

Nesse quadro de valorização crescente dos bailes, não surpreende que tenham surgido mais iniciativas de ensino dos procedimentos adequados a se adotar nessas ocasiões, bem como das técnicas de dança. Pode ser que já houvesse antes, mas, de fato, somente em 1851 identificou-se uma escola paulistana anunciando a oferta de lições da modalidade, o Colégio de Meninas de Rita Leopoldina da Silva (viúva que trabalhou como educadora na Corte) e Maria Heath (*O Governista*, 20 mar. 1851, p. 4), um dos mais notórios da cidade⁴¹.

No mesmo ano, anunciou o ensino da dança o Colégio Francês de Meninas, dirigido por Gabriella Gastal, escola que assumia o compromisso de, simultaneamente, dar conta de uma formação mais tradicional voltada para o lar e da preparação para o bom exercício das novas funções sociais perspectivadas para as mulheres (*O Governista*, 13 mai. 1851, p. 4). As lições da prática eram optativas, oferecidas à parte, os interessados tendo que pagar uma taxa para além da mensalidade.

Distinto era o caso do Colégio de Santa Rosa, dirigido por Adelaide Luiza de Molina, professora protestante com ligações com os Estados Unidos, no qual a modalidade integrava o rol dos conteúdos já pagos na mensalidade (ao contrário de piano, canto, francês e geografia) (Correio Paulistano, 14 jan. 1865, p. 3). A organização do que seria lecionado permite perceber que a escola desejava, como a dirigida por Gabriella Gastal, seguir formando as mulheres para o mundo doméstico, mas com algumas habilidades que lhes permitissem frequentar adequadamente os novos espaços sociais que se delineavam.

No que tange ao ensino escolar masculino, a primeira evidência da oferta de lições da prática foi um anúncio de 1856 do Colégio Ypiranga. Dirigido por José Tell Ferrão – formado no prestigioso *Rensselaer Polytechnic Institute*, professor da Faculdade de Direito, educador que teria notável atuação na Corte – e posteriormente pelo alemão Ferdinand Boeschstein – professor de Aritmética do Colégio Americano –, o estabelecimento, exclusivo para rapazes, se apresentava como sintonizado com as inovações educacionais mundiais, seguindo os métodos sugeridos por Pestalozzi (Correio Paulistano, 29 mai. 1857, p. 4). Declarava prestar atenção aos exercícios físicos e preceitos de higiene. O ensino da dança, todavia, integrava o rol das preocupações intelectuais, a seção das Belas-Artes, em conjunto com a música (Correio Paulistano, 16 abr. 1856, p. 4).

Para os meninos, também oferecia lições da prática o Colégio Brasileiro de João Carlos da Fonseca (um dos mais antigos de São Paulo, onde estudou o futuro presidente da República, Prudente de Moraes). O ensino da dança estava relacionado ao intuito de “[...] refuzilar o pensamento e de adquirir conhecimentos que fazem parte duma boa educação”. Fazia-se, contudo, uma ressalva, não deveria perturbar “[...] o estudo daquelas que fazem objeto principal do colégio” (Aurora Paulistana, 12 jun. 1852, p. 4).

Vejamos que, na longa lista de professores do colégio publicada nos jornais, não foram citados os de dança (bem como os de música, desenho, canto). Ainda assim, deve-se registrar o reconhecimento do conteúdo como relevante. De fato, mesmo que não fosse grande o número de escolas a oferecer lições da prática, merece destaque o crescimento das iniciativas ao seu redor, cujo perfil ia ao encontro das representações da modalidade forjadas pelas elites.

Tratava-se, de forma ainda mais denotada, de experiências de educação do corpo. A escolarização da dança se deu na medida em que era considerada como uma prática capaz de contribuir para o forjar da sociedade que se desejava, mas também em função de preocupações no que tange ao controle de sua manifestação pública.

No mesmo período, reapareceram nos jornais anúncios de mestres oferecendo aulas de dança em salas e residências. Por exemplo, Girolamo di Mattia, que se apresentara como músico em teatros europeus e da Corte, lecionava num estabelecimento localizado na Rua São Bento, às segundas, quartas e sextas-feiras pela noite (Correio Paulista-

no, 22 abr. 1857, p. 4)⁴². Entre 1827 a 1900, houve, pelo menos, quatorze docentes da modalidade na capital paulista (Zamoner, 2013). É possível que alguns deles também atuassem nos colégios citados.

A propósito, chegaram a ser publicados anúncios de interessados em receber lições em casa: “Precisa-se de um mestre de dança. Quem se julgar habilitado para isso, queira responder por essa folha, indicando o lugar onde pode ser procurado” (Diário de São Paulo, 3 mai. 1868, p. 3). Talvez essa demanda crescente ajude a explicar porque Mr. Aubert, um dos protagonistas da Empresa Eugenia Camara, uma das que mais se apresentou nos teatros de São Paulo nos anos 1860, sempre com espetáculos de variadas atrações, tenha se oferecido para “[...] ensinar dança para alguns meninos, sem por isso receber pagamento algum” (Diário de São Paulo, 12 jul. 1868, p. 4).

De outro lado, como em São Paulo não havia ainda iniciativas de formação de dançarinos para espetáculos, como já ocorria no Rio de Janeiro (Melo, 2016b), pode ser que Mr. Aubert desejasse aproveitar alguns de seus alunos para as apresentações da companhia teatral que integrava.

De fato, na ocasião já era muito conhecida na cidade a dança que era exibida no âmbito de um entretenimento que lograva grande sucesso, o Circo, bem como nas apresentações de companhias dramáticas promovidas em teatros ou arenas próprias. Esses estilos não eram os que as elites desejavam que servissem de exemplo. O mesmo se dava com as experiências populares de bailar.

Há escassos indícios dos espaços populares de dança. Eventualmente há referências a bailados de escravos (sem maior definição do que seja) (Correio Paulistano, 25 jul. 1857, p. 4), ao miudinho (Correio Paulistano, 9 nov. 1858, p. 4), ao fado, ao batuque, ao catirité, à umbigada (Correio Paulistano, 28 nov. 1858, p. 4), a outras manifestações diversas e genéricas (Correio Paulistano, 7 ago. 1859, p. 3). As representações sobre essas experiências permitem perceber porque cercavam a prática uma série de preocupações que justificavam o investimento no seu ensino.

Os arranjos populares não eram considerados pelos periódicos como legítimos, devendo ser, portanto, coibidos. Um cronista sugeriu que “[...] a arte da dança vai tomando tal incremento que até os escravos já tratam de cultivá-la”. Para ele, não se podia aceitar esses “bailes dos pretos” já que “essa raça tão desprovida dos bons costumes” acabava por causar prejuízos das mais distintas naturezas. No seu olhar, não havia dúvidas: “A polícia deve cortar-lhes um gosto que desgosta tanto a nós outros” (Correio Paulistano, 12 jul. 1864, p. 4).

De fato, em muitos municípios se estabeleceram limites legais. A Lei Provincial n. 43, de 1867, no artigo 130, determinou: “[...] fica proibido aos escravos a dança e jogos de qualquer qualidade que sejam, tanto nas ruas, como nos subúrbios de povoação” (O Ypiranga, 17 dez. 1867, p. 2). Tais determinações e a perseguição comumente se aplicaram a todos os populares, independentemente de sua condição de liberto.

Perceba-se, portanto, que a civilização desejada por meio dos bailes não era concebida para todos, mas sim para aqueles que integravam as elites e estratos médios da cidade. Os mais populares deveriam ser afastados das possibilidades de dançar, até porque, numa representação corrente, suas iniciativas eram marcadas pela balbúrdia. Dava-se sempre divulgação quando a polícia intervinha nesses espaços em função de brigas e desentendimentos (Diário de S. Paulo, 12 set. 1866, p. 2). Isso supostamente comprovava a tese de que eram costumes bárbaros, o oposto do que se desejava.

A preocupação de um setor das elites, portanto, era garantir o aprendizado considerado adequado da dança, se afastando dessas manifestações populares. Como antes, as iniciativas de ensino abordavam tanto as técnicas corporais quanto os comportamentos apropriados. Havia, contudo, um diferencial neste momento. Com o aumento da presença e protagonismo feminino, acentuaram-se as apreensões com o pudor.

Por vezes, se registrou explicitamente esse aspecto. Ao anunciar um de seus eventos, o Clube Familiar informou que seriam “[...] convidadas a deixar o salão todas as pessoas que ao dançar usarem de trejeitos e acenos indecorosos”. Para controlar tais procedimentos, havia uma “Comissão de polícia”, composta pelo “Diretor, Secretário, e mestres salas” (Correio Paulistano, 17 mar. 1857, p. 4). Frente à febre dos bailes, controlar os sentidos do ato de dançar, enfim, se impunha como uma necessidade.

Nos anos 1870, iriam ampliar-se significativamente tanto a ocupação da cena pública quanto a promoção de bailes. A dança cada vez mais se espalharia, dividindo, contudo, a preferência popular com outras diversões. Não seria possível controlar totalmente as manifestações populares, gestando-se, inclusive, espaços de interface, o que induziu ao surgimento de estilos híbridos. Novos sentidos seriam concedidos ao ato de dançar. Isto, todavia, é um tema para outro estudo.

Conclusão

O literato Lourenço da Silva, numa crônica publicada em 1869, foi categórico: “A capital nunca foi e nem podia ser o que é hoje: teatros, sociedades de dança, hotéis, chafarizes, casas de moda, músicas e poetas fazem-na alegre e prazenteira; hoje a pauliceia faz a sua ascensão a uma vida deleitosa” (O Anhanguera, 1 ago. 1869, p. 1). O quadro era muito distinto do da década de 1830, quando as iniciativas relacionadas à dança começaram a melhor se sistematizar.

Outro cronista foi direto ao ponto em sua representação, bem situando as diversas linhas de influência que, a seu ver, ajudavam a entender as mudanças em curso mais notadamente desde a década de 1850:

A civilização vai rasgando as trevas da ignorância que nos rodeava. A febre bailarina que ano passado assolou o Rio de Janeiro passou a São Paulo. A epidemia foi trazida pelos

acadêmicos no regresso das férias, porém por certo que não são eles dessa vez os únicos influídos. O contágio tem grassado pelas pessoas de maior influência na Província. Parece que o prejuízo contra os bailes vai-se desvanecendo, e hoje já não há quem duvide que essas reuniões, quando bem reguladas são elementos de civilização (O Acayaba, n. 3, jun. 1853, p. 22).

Progressivamente, para dar conta do interesse crescente pelos bailes, teve-se em conta uma dupla dimensão de aprendizado: as técnicas de dança e um conjunto de comportamentos considerados adequados. Para tal, para além das constantes observações em jornais e revistas e intervenções menos formais, se sistematizaram várias iniciativas de ensino, especialmente a oferta de lições em salas, residências e colégios.

Nesses últimos, o fato de a prática não ser considerada entre os principais conteúdos, não quer dizer que fosse desimportante. A modalidade, em função de sua grande presença social, ganhava espaço de relevância numa instituição que também melhor se estruturava na cidade, passando a integrar, no momento em que a forma escolar estava se estabelecendo no Brasil (Faria Filho; Vidal, 2000) o que Julia (2001) denomina de cultura escolar, um “[...] conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p. 10).

Aprender a dançar e participar dos bailes tinha importância que extrapolava o entretenimento em si. Nessas ocasiões, a sociedade paulistana materializou o movimento de mudanças, dramatizou as resistências e adesões a ideias de progresso e civilização, procurou marcar as diferenças de estratos sociais, controlando e deslegitimando outras formas de experiência a modalidade.

Tratou-se, em sentido amplo e restrito, de um processo de educação do corpo, já que bailes e danças foram considerados como escolas de virtudes, aquelas que se julgava, por parte de um estrato social, relevantes para o melhor futuro da sociedade paulistana e, porque não dizer, da nação.

Recebido em 24 de junho de 2017
Aprovado em 18 de setembro de 2017

Notas

- 1 Os cursos jurídicos foram criados em agosto de 1827, mas só começaram a funcionar em 1828. São Paulo e Olinda foram as cidades escolhidas para sediar as duas primeiras escolas de Direito do país.
- 2 Dos 33 alunos da primeira turma do curso, apenas dez eram paulistanos (Toledo, 2003). Os estudantes formados nos primeiros 25 anos de funcionamento da faculdade eram: 138 paulistas (ou seja, da província de São Paulo), 181 fluminenses (ou seja, da Corte ou da província do Rio de Janeiro), 100 mineiros, 56 baianos, 48 gaúchos, 11 maranhenses e 9 mato-grossenses (Bruno, 1954).

- 3 Para mais informações, ver Szmrecsányi (2004).
- 4 Para outro olhar sobre a importância das intervenções corporais, ver Sant’anna (2000).
- 5 O pintor alemão Rugendas esteve em São Paulo em algum momento entre 1822 e 1825. Ele registrou o gosto dos paulistanos pela dança, música e conversação (Rugendas, 1972, p. 80), assim como os viajantes alemães Johan Spix e Karl Martius, que visitaram a cidade em 1818 (Spix; Martius, 1938).
- 6 Ver, por exemplo, uma descrição dos festejos promovidos, em 1794, para comemorar o nascimento da princesa da Beira, ocasião em que a dança ocupou espaço de destaque (Correio Paulistano, 7 set. 1867, p. 2).
- 7 Em linhas gerais, foram seguidas as orientações de Luca (2005).
- 8 Farol Paulistano, 24 fev. 1831, p. 4. O *Farol Paulistano* foi o primeiro jornal impresso publicado em São Paulo, editado entre os anos de 1827 e 1831. Seu olhar editorial era de caráter liberal. Mesmo tendo que enfrentar dificuldades e improvisos no seu processo de produção, ocupou espaço de importância nas crises políticas que iriam desembocar no fim do primeiro reinado (Oliveira, 2010).
- 9 O mestre chegou a se apresentar em teatros, exibindo coreografias criadas a partir de seu modelo de trabalho.
- 10 Adotamos aqui o olhar de Borges (2010): “Para o contexto da Província de São Paulo, na primeira metade do século XIX, a formação das elites que chegaram ao poder político, como deputados provinciais e gerais, presidentes de províncias, regentes e senadores, perpassava quase que necessariamente pelo acúmulo econômico” (p. 12). Em geral, eram famílias ligadas à agropecuária. Posteriormente, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, também integrariam o estrato gente ligada ao grande comércio e pioneiras iniciativas de industrialização.
- 11 A cidade tinha em torno de 20.000 habitantes.
- 12 O baile foi realizado em 17 de fevereiro, nas dependências do quartel do 6º Batalhão de Caçadores, contando com a presença das principais autoridades e lideranças da capital paulista (Farol Paulistano, 25 fev. 1830, p. 3). O que sobrou da subscrição feita para sua organização (77\$700) foi doado à Santa Casa de Misericórdia. Percebe-se que o evento movimentou substanciais quantias. Para comparação, nesse momento, uma arroba de café custava 3\$000 réis.
- 13 Ver uma interessante descrição em Farol Paulistano, 14 set. 1830, p. 3.
- 14 Vale lembrar que a partir dos anos 1830 passaram a ser lançados manuais de conduta (Schwarcz, 1997), alguns deles inclusive com capítulos dedicados a reuniões sociais, como os bailes (caso do famoso *Código do Bom-Tom*, de J. J. Roquete, publicado em 1845).
- 15 *O Amigo das Letras*, publicado por um curto período de tempo, no ano de 1830, foi dinamizado pelos alunos da Academia Jurídica. A preocupação era garantir tanto uma melhor formação literária dos estudantes quanto o fortalecimento do pensamento liberal.
- 16 Ritton posteriormente teve uma carreira de funcionário público no interior das Províncias de São Paulo e de Minas Gerais.
- 17 A título de comparação, 1 arroba de açúcar era vendida a 3\$200, enquanto 1 arroba de café custava 3\$000 (A Phenix, 8 mai. 1839, p. 4).

- 18 Como podemos ver, tendo em conta o citado na nota 25, não era um valor pequeno o cobrado como joia para associação na Concórdia.
- 19 A Phenix, 20 mai. 1840, p. 2-3. Esse periódico tinha um caráter político mais denotado. Seu intuito era lutar pelo pleno exercício da cidadania a fim de contribuir com o processo de civilização da capital paulistana (Horner, 2007).
- 20 Observador Paulistano, 1 jun. 1840, p. 3. Era um periódico de caráter liberal, de oposição ao governo, dirigido por Antônio Diogo Feijó.
- 21 A Phenix, 6 jun. 1840, p. 2.
- 22 No baile de 1838, um cronista criticou “[...] a gente da oposição que, salvo uma ou outra exceção, não tomou parte nos atos” (A Phenix, 11 dez. 1838, p. 1).
- 23 *O Correio Paulistano*, criado em 1854, foi muito influente por décadas, tendo sido um dos primeiros jornais diários da capital. Sua principal marca foi defender os interesses da oligarquia paulistana (Thalassa, 2007).
- 24 Para mais informações sobre o personagem, ver Campos (2009).
- 25 Nesse momento, na Concórdia eram diretor (presidente) e secretário respectivamente Joaquim Marcellino da Silva, empresário do ramo de transportes, e João de Souza Carvalho Junior, administrador público atuante na tesouraria provincial. Já no Cassino, ocupava o cargo de secretário Joaquim Inácio Ramalho, futuro barão de Ramalho e importante jurista, político e professor.
- 26 Correio Paulistano, 28 set. 1862, p. 1.
- 27 Correio Paulistano, 28 mai. 1862, p. 4.
- 28 Correio Paulistano, 26 nov. 1869, p. 1.
- 29 Correio Paulistano, 19 abr. 1864, p. 3.
- 30 Correio Paulistano, 28 mai. 1864, p. 4.
- 31 Correio Paulistano, 8 jan. 1865, p. 1.
- 32 Correio Paulistano, 21 jan. 1867, p. 4.
- 33 Correio Paulistano, 11 dez. 1868, p. 3.
- 34 Correio Paulistano, 19 ago. 1869, p. 4.
- 35 Diário de São Paulo, 1 jul. 1866, p. 2. Este periódico foi criado em 1865. Nos seus 13 anos de existência, destacou-se pela boa estruturação editorial e por seus explícitos posicionamentos políticos, mais denotadamente conservadores (Dias, 1999).
- 36 Para mais informações, ver Trizotti (2015).
- 37 Sobre o baile como lugar de flerte e encontros entre homens e mulheres, ver crônica publicada na seção *Revista da Quinzena* de *O Publicador Paulistano* (2 dez. 1859, p. 2), jornal editado pelos estudantes da Faculdade de Direito.
- 38 O periódico era o veículo do Partido Conservador.
- 39 Casimiro de Abreu foi outro estudante/poeta que inseriu a dança em suas poesias, como em *Segredos*: “[...] Oh! Ontem no baile com ela valsando/Senti as delícias do anjo do céu/Na dança ligeira qual silfo voando/Caiu-lhe do rosto seu cândido véu/[...]” (*O Publicador Paulistano*, 25 out. 1859, p. 3).
- 40 Em outro dos seus romances, *A Cruz Preta*, os bailes da Concórdia também aparecem representados como lugar de sociabilidade, inclusive de encontros entre homens e mulheres.

41 Mais uma vez vemos as diferenças se compararmos à Corte, onde lições de dança eram oferecidas em escolas desde os anos 1820 (Melo, 2016a).

42 Na Corte, também houve músicos lecionando a dança, mas na segunda metade do século XIX já havia menos ocorrências em função do processo de especialização (Melo, 2016b).

Referências

- A PHENIX. Rio de Janeiro, p. 4, 23 maio 1838.
- A PHENIX. Rio de Janeiro, p. 6, 5 dez. 1838.
- A PHENIX. Rio de Janeiro, p. 2, 20 maio 1840.
- A PHENIX. Rio de Janeiro, p. 4, 11 set. 1841.
- A SEMANA. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, 17 ago. 1858.
- A VIOLETA. São Paulo, p. 2, 15 out. 1849.
- ARAÚJO, Vicente de Paula. **Salões, Circos e Cinemas de São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- AZEVEDO, Vicente de. **Cartas de Álvares de Azevedo**. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.
- BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. Notas sobre o Conceito de Elite para Brasil do Oitocentos. In: ANPUH ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, Franca. **Anais...** Franca: 2010.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo: burgo de estudantes (1828-1872)**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Vida Cotidiana e Lazer em São Paulo Oitocentista. In: PORTA, Paula (Org.). **História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império (1823-1889)**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- CAMPOS, Eudes. O Capitão Antônio Bernardo Quartim ou o ABC da Engenharia. **Informativo do Arquivo Histórico Municipal**, São Paulo, v. 5, n. 25-26, jul./out. 2009.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CAPONERO, Maria Cristina. **Festas Paulistanas em Perspectiva Histórica de Longa Duração: produção e apropriação social do espaço urbano, permanências e rupturas (1711-1935)**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – São Paulo: USP, 2014.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 10 jul. 1854.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 20 jan. 1855.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 18 jun. 1855.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 24 jul. 1855.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 13 mar. 1856.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 17 mar. 1857.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 22 abr. 1857.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 7 abr. 1858.

- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 4 mar. 1859.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 24 set. 1859.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 2 jul. 1862.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 1, 23 set. 1862.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p.4, 4 jan. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 20 jan. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 21 fev. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 28 abr. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 18 jun. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 24 jul. 1855.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 13 mar. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 16 abr. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 15 jul. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 17 set. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 27 set. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 8 out. 1856.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 17 mar. 1857.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 29 maio 1857.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 25 jul. 1857.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 7 abr. 1858.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 2, 13-14 set. 1858.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 9 nov. 1858.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 28 nov. 1858.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 4 mar. 1859.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 6 mar. 1859.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 7 ago. 1859.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 2 jul. 1862.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 4, 12 jul. 1864.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, p. 3, 14 jan. 1865.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO. p. 4, 15 jun. 1829.
DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, p. 2, 12 set. 1866.
DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, p. 3, 3 mai. 1868.
DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, p. 4, 12 jul. 1868.
DIAS, Márcia Hilsdorf. O Diário de São Paulo como Fonte. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de (Org.). **A Memória e a Sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 21-31.
FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, ago. 2000.
FAROL PAULISTANO. p. 4, 11 set. 1830.
FAROL PAULISTANO. p. 3, 14 set. 1830.
FAROL PAULISTANO. p. 4, 24 fev. 1831.

- JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. P. 111-153.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELO, Victor Andrade de. Educação do Corpo: bailes no Rio de Janeiro do século XIX, o olhar de Paranhos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 751-766, jul./set. 2014.
- MELO, Victor Andrade de. A Dança nas Escolas do Rio de Janeiro do Século XIX (décadas de 1820-1860). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 3 (42), p. 323-352, jul./set., 2016a.
- MELO, Victor Andrade de. Experiências de Ensino da Dança em Cenários não Escolares no Rio de Janeiro do Século XIX (décadas de 1820-1850). **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 497-508, abr./jun. 2016b.
- MELO, Victor Andrade de; SANTOS, Flavia da Cruz. Deslizando Rumo ao Progresso: a patinação em São Paulo (1877-1912). **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 171-184, jan./mar. 2017.
- MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo: de comunidade à metrópole**. São Paulo: Difel, 1970.
- NO Baile. **O Acayaba**, São Paulo, n. 4, p. 23, ago. 1852.
- O ACAYABA. São Paulo, n. 3, p. 22, jun. 1853.
- O AMIGO DAS LETRAS. São Paulo, p. 6-9, 4 abr. 1830.
- O CLARIM. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, 24 set. 1859.
- O CRUZEIRO. **Cruzeiro do Sul**, 9. 4, 31 jul. 1829.
- O CRUZEIRO. **Cruzeiro do Sul**, p. 4, 3 jun. 1830.
- O GOVERNISTA. p. 4, 20 mar. 1851.
- O GOVERNISTA. p. 4, 13 mai. 1851.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Informação e Política nos Primórdios da Imprensa Paulista: o Farol Paulistano (1827-1831). **História**, Franca, v. 29, n. 2, p. 295-319, 2010.
- PAULA, Eurípedes Simões de. A Segunda Fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. **Revista de História**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954.
- PINHO, Wanderley. **Salões e Damas no Segundo Reinado**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Descobrir o Corpo: uma história sem fim*. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 49-58, 2000.
- SANTOS, Flavia da Cruz. **Uma História do Conceito de Divertimento na São Paulo do Século XIX (1828-1889)**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer). Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J. L. **Código do Bom-Tom**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 7-32.

- SILVA, Mônica Gomes da. **A São Paulo inventada por Álvares de Azevedo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, Conhecimento e Educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia (org.). **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2001. P. 109-129.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- SZMRECSÁNYI, T. **História Econômica da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Globo, 2004.
- TAUNAY, Affonso de Esdragnolle. **História da Cidade de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, 2004.
- TRIZOTTI, Patrícia Trindade. O Folhetim nas Páginas do Correio Paulistano (1854-1940). In: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2015.
- THALASSA, Ângela. **O Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna - o jornal que não ladra, não cacareja e não morde**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/São Paulo, 2007.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A Capital da Solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- VIGARELLO, Georges. A História e os Modelos do Corpo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2 (41), p. 21-29, mai./ago. 2003.
- ZAMONER, Maristela. História da Dança de Salão no Brasil: São Paulo do século XIX. **EFDeportes**, Buenos Aires, n. 185, out. 2013.

Victor Andrade Melo possui pós-doutorado em Teoria Crítica da Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atuando na Graduação e nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História Comparada.
E-mail: victor.a.melo@uol.com.br

Flávia da Cruz Santos é doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), licenciada e bacharel em Educação Física pela UFMG. Atualmente é professora da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: flacruz.santos@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos de uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>>.